



**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA APRESENTAÇÃO DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 3º E DO 4º BIMESTRES DE 2018 E DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL DO 2º QUADRIMESTRE, REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2018, ÀS 9H, NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES, NO PALÁCIO BARRIGA-VERDE

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Muito bom-dia, senhores Deputados, bom dia a todas as senhoras e a todos os senhores telespectadores da TVAL, bem como as senhoras e os senhores ouvintes da Rádio Digital Alesc.

Havendo quórum regimental, com a presença do Deputado Estadual Milton Hobus, do Deputado Estadual José Milton Scheffer, do Deputado Estadual Gabriel Ribeiro, da Deputada Estadual Luciane Carminatti, do Deputado Estadual Rodrigo Minotto, do Deputado Estadual Natalino Lázare e do Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro, daremos início à audiência pública, desejando as boas-vindas ao eminente senhor Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, e também à senhora diretora de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda, Graziela Luiza Meincheim.

No dia de hoje, conforme ofício expedido, sua excelência, o senhor Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli, apresentará os relatórios resumidos da execução orçamentária do 3º bimestre e do 4º bimestre de 2018, e o relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo referente ao 2º Quadrimestre, conforme determina o Parágrafo 4º do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vamos dar início à apresentação do senhor Secretário de Estado por um tempo de até trinta minutos. A dinâmica da nossa audiência será da seguinte forma: o senhor Paulo Eli e sua assessora, Graziela Luiza Meincheim, diretora de Contabilidade, fazem a apresentação, enquanto os senhores Deputados fazem as anotações das eventuais perguntas, após a apresentação, vamos para as perguntas e respostas.

Com a palavra o senhor Secretário de Estado da Fazenda, Paulo Eli.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Senhor Presidente, senhores Deputados, essa apresentação do 2º Quadrimestre de 2018 basicamente reflete de maio até agosto as contas do governo. É um resumo geral. Nós estamos à disposição para responder todos os questionamentos em seguida.

E convido a senhora diretora de Contabilidade da Secretaria de Estado da Fazenda, Graziela Luiza Meincheim, para fazer a apresentação nos moldes em que fizemos nos anos anteriores. Basicamente é isso.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Excelentíssimo Deputado Marcos Vieira, cumprimentando o Presidente, cumprimento os demais Deputados presentes, o Secretário da Fazenda, os demais presentes aqui neste recinto e também aqueles que nos acompanham pelas redes sociais.

(Utiliza imagem em PowerPoint para ilustrar a sua apresentação.)

Essa exigência da audiência pública está prevista na Lei Complementar Federal nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, e, seguindo os dispositivos dessa lei, foi publicado, o relatório resumido da Execução Orçamentária do 4º Bimestre, no Diário Oficial e também disponibilizado no Portal da Transparência do Poder Executivo, assim como o relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo relativo ao 2º Quadrimestre.

Verificando a despesa orçada e comparando com a efetivamente arrecadada temos uma execução, nesse período do 2º Quadrimestre, de 63% daquilo que estava previsto no orçamento



aprovado, somando R\$ 23 bilhões de Receita Bruta Arrecadada. Desse total, a maior parte, 73%, corresponde às Receitas Tributárias, aos impostos arrecadados pelo Estado que somaram R\$ 16 bilhões.

(Deputado Estadual José Milton Scheffer manifesta-se fora do microfone: “A senhora poderia explicar novamente o slide anterior.”)

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Sim, 73% é a Receita Tributária. A segunda maior receita do Estado são as contribuições previdenciárias, tanto do servidor quanto a quota patronal.

Depois temos outras receitas como a Receita Patrimonial, que é receita de rendimento de aplicação, de aluguéis; Receitas de Serviços, serviços prestados; as Operações de Crédito; e as demais receitas, que são receitas de transferências da União, transferências de convênio, que somaram R\$ 4,83 bilhões.

Comparando a Arrecadação Tributária Própria com o período equivalente do ano passado, do 2º Quadrimestre de 2017, tivemos 7% de aumento da arrecadação desse período. Então, a arrecadação bruta do ICMS correspondeu a R\$ 13,43 bilhões, a do IPVA correspondeu a R\$ 1,25 bilhões, a do ITCMD R\$ 180 milhões, a do Imposto de Renda R\$ 950 milhões, e a das Taxas arrecadadas, R\$ 620 milhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Nesse item aqui (*aponta para imagem*), do acréscimo de 7%, a nossa meta era 9%, mas a greve dos caminhoneiros nos tirou... Nesse quadrimestre, tivemos o impacto forte da greve dos caminhoneiros, que são aqueles dez dias em que a economia praticamente parou, e nós ainda não recuperamos essa arrecadação daquele período.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Mostrar também os repasses do governo federal e demonstrar que dependemos pouco dessas receitas que vêm do governo, diferentemente de outros Estados, principalmente do Nordeste.

A nossa maior receita que vem do governo federal é a do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que somaram R\$ 790 milhões nesse período; acompanhada do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de Exportação, R\$ 219 milhões; da Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico (Cide), que está com um valor bastante baixo até por conta da desoneração, foram R\$ 44 milhões; a da Lei Kandir, R\$ 34 milhões, que segue o fluxo normal do período; e da Transferência de Recursos Naturais, R\$ 19,37 milhões. Então o total arrecadado com essas transferências obrigatórias do governo federal foi de R\$ 1.108 bilhão, apresentando um acréscimo de 9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Parte da Receita Bruta Arrecadada tem que ser transferida para os Municípios, então, 25% é do ICMS, 50% é do IPVA, assim como as transferências da União algumas também têm desconto como o IPI. Essas transferências aos Municípios somaram R\$ 4,14 bilhões nesse 2º Quadrimestre.

Também há uma outra Dedução da Receita que é a transferência ou depósito no Fundeb, que é para aplicação exclusiva em Educação, que somou R\$ 2,40 bilhões nesse período; e outras deduções ou restituições que são aquelas em que o contribuinte entra com um processo, quando teve o pagamento indevido, e a gente faz a restituição para esses contribuintes.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Em dinheiro.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Então, sobraram para o Estado R\$ 16,44 bilhões para serem aplicados nas despesas. Esse é o valor que efetivamente ficou no caixa para aplicar nas despesas e na prestação de serviços para a população.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Num período de oito meses.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – É, de janeiro a agosto, oito meses.

(O Deputado Estadual José Milton Scheffer manifesta-se fora do microfone: “Daí não está fechando. É o somatório?”)

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Isso é a execução do ano.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Desse valor que sobrou também tem que ser descontado o valor que é repassado para os Poderes, e a base de cálculo é o conceito de Receita Líquida Disponível. Então, nesse período, somou R\$ 10,49 milhões, basicamente são as



receitas operacionais, e as receitas tributárias, conhecida como Fonte 100 do governo do Estado. Então, desse valor, foram R\$ 2.312 bilhões distribuídos para o Tribunal de Justiça, para a Assembleia, para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas; a Udesc também recebe um percentual fixo da Receita Líquida Disponível do Estado; e também um percentual é destinado para o Fundo Estadual de Apoio aos Hospitais Filantrópicos. [Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Também é oito meses aqui.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Na execução de despesas, a gente teve um orçamento original aprovado de R\$ 26,43 bilhões. Desse montante já foram abertos créditos adicionais – ampliações de despesas por conta do *superavit* financeiro, que é a sobra de caixa do exercício anterior ou operações de crédito e remanejamentos – que somaram R\$ 3,14 bilhões, o que resultou uma despesa autorizada, que pode ser executada até o final deste exercício, de R\$ 29,57 bilhões. Desse montante, 62% já foram comprometidos, que foi a despesa empenhada de R\$ 18,47 bilhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Quero fazer um parêntese aqui.

Quando eu assumi a Secretaria em fevereiro, nós adotamos o controle quadrimestral. Eu só libero para empenhamento de quatro em quatro meses, porque no passado nós liberávamos o empenhamento em janeiro e os órgãos empenhavam as despesas até dezembro, só que a dotação não dava. Eles empenhavam tudo até agosto, chegava agosto não tinha dinheiro para pagar as contas. Então agora as contas têm que caber no quadrimestre, senão couber tem que descontratar. Essa foi uma das maneiras que encontramos este ano para manter basicamente as contas em dia, porque se eu libero um empenhamento da despesa, eu libero uma contratação. Então aqui (*aponta para imagem*) é por quadrimestre.

Agora eu liberei o do último quadrimestre, para fechar o ano. Todos os anos nós tivemos problema com o fechamento, em função de que em janeiro se liberava a cota do ano todo e os órgãos iam gastando, gastando... Aí, não tem dotação orçamentária. Uma despesa que é de doze meses empenhava em oito meses, ficavam quatro meses descobertos. Por isso que nós temos na Secretaria de Estado da Saúde e na Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania alguns milhões de notas de gaveta, simplesmente, porque as despesas foram executadas sem empenho. Isso nós estamos regularizando agora com o Tribunal de Contas e fazendo um plano de pagamento dessas despesas.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Em relação à despesa já executada – aquela que o serviço foi prestado, o material foi entregue, foi comprovado – que se chama de despesa liquidada. A gente já teve R\$ 16,68 bilhões, representando 56% de execução do Orçamento aprovado para 2018.

Segregando essas despesas por grupos, nós tivemos no 2º Quadrimestre de 2018, R\$ 800 milhões de investimentos, representando uma queda de 21,91% em relação a esse mesmo período do ano anterior. A manutenção dos serviços públicos, que são as outras despesas correntes, foi de R\$ 4,16 bilhões, um acréscimo de 7,35% em relação ao mesmo período do ano passado. O pagamento de serviço da dívida teve o maior acréscimo, em relação aos grandes grupos, incluindo amortização e juros, com 36,43% de acréscimo em relação ao mesmo período do ano passado. A folha de pagamento fechou o 2º Quadrimestre de 2018 em R\$ 10,63 bilhões, representando um acréscimo de 4,98% em relação ao mesmo período do ano passado. O total das despesas executadas da folha de pagamento representa 63,73% do total do orçamento, o segundo maior grupo é as despesas de custeio.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Deixa eu explicar aqui.

Por que os investimentos caíram? Porque o Estado não tem capacidade para investir com recursos próprios e os financiamentos estão encerrando. Então nós temos menos execução de investimento, porque não tem dinheiro para investir.

Em relação ao segundo item, manutenção dos serviços públicos, nós começamos a colocar em dia as contas da saúde, basicamente, são despesas de exercícios anteriores. Com o aumento ali (*aponta para o gráfico*) de 7,35%, em função do aumento de mais de 1% para a



saúde e o pagamento das despesas dos exercícios anteriores e o reconhecimento de despesas, nós aumentamos o dispêndio em saúde.

O pagamento da dívida, basicamente acabou em 2018, a carência da dívida pública em relação à União. Nos anos de 2016 e 2017, teve uma carência das parcelas da dívida pública. Em 2018 já começou a ser cheio, a partir do segundo semestre agora, e, no ano que vem, a dívida pública é cheia novamente.

(O Deputado Estadual José Milton Scheffer manifesta-se fora do microfone: “13% aí?”)

Não, a dívida pública nós estamos pagando...

(A senhora Graziela Luiza Meincheim manifesta-se fora do microfone: “São saldos das contas.”)

Oito por cento da Receita Corrente Líquida; já foi 15%, já foi 12%, já foi 13%. *(O Deputado Estadual José Milton Scheffer manifesta-se fora do microfone: “Mas o máximo não é 13%?”)*

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Antes era, a da União.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Antes era. Só que em função do término da carência da dívida que foi conseguido com a renegociação, agora ela volta a ser cheia. Por isso que teve o aumento da dívida. Não teve aumento, mas se olhar em relação há três anos, mais ou menos, se equipara. O pagamento da dívida caiu em função da carência, agora voltou a ser cheia de novo. Então esses são uns dos nossos gargalos no fluxo de caixa.

Em relação à folha de pagamento, o crescimento foi vegetativo. Apenas o crescimento vegetativo e a implementação do aumento do piso dos professores em maio e da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania teve alguma coisa, apesar de nós termos reduzido vários cargos comissionados, desativados vários órgãos, a folha ainda assim cresceu 4,98%, basicamente em cima de promoções e o triênio.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Segregando a folha de pagamento do Poder Executivo em pessoal ativo e inativos e pensionistas, no 2º Quadrimestre [de 2018], o pessoal ativo somou R\$ 5 bilhões com acréscimo de 3,28% em relação ao mesmo período do ano passado; e o pessoal inativo somou R\$ 3,79 bilhões com acréscimo de 5,63% em relação ao mesmo período do ano passado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Na realidade as pessoas estão migrando do ativo para o inativo. Tem alguns meses em que nós temos mais inativos do que ativos, depende também dos ACTs (Admissão em Caráter Temporário), mas é uma conta que está aumentando muito desse lado aqui.

(O Deputado Estadual Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: “Muita gente na idade de aposentadoria?”)

Muita gente saindo eu acho que dá quase duzentos servidores.

(O Deputado Estadual Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: “Vai ser um problema para os próximos anos.”)

Não, já é o atual, né. *(ri)*

(O Deputado Estadual Milton Hobus manifesta-se fora do microfone: “A sequência, só vai se agravando.”)

Só.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Aqui *(aponta para gráfico)* é em relação ao resultado da Previdência estadual, do Iprev, nosso instituto de previdência. A arrecadação das receitas previdenciárias, que inclui tanto a contribuição patronal quanto a do servidor, somou de janeiro a agosto, de 2018, R\$ 1,60 bilhões. Já as despesas previdenciárias, as despesas pagas pelo regime, somaram R\$ 4,21 bilhões, o que gera um resultado previdenciário negativo, um *deficit* previdenciário, de R\$ 2,61 bilhões nesse período de janeiro a agosto.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Aqui são os oito meses. Aqui de R\$ 1,47 bilhões para R\$ 1,60 bilhões já teve o aumento da alíquota para 14%. Então aumentou a alíquota de contribuição dos servidores de 13% para 14% e refletiu no aumento da arrecadação dessa receita previdenciária. Mesmo assim o *deficit* aumentou.



A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Verificando o cálculo do gasto com pessoal do Poder Executivo, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, no 2º Quadrimestre de 2018, comparando o período dos últimos doze meses, porque assim estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal de 4% da Receita Líquida de Impostos (RLI), em Educação.

Aqui, o quadro (*aponta para imagem*) demonstra o quanto dos inativos está sendo considerado nesse percentual. Foram considerados R\$ 494 milhões das despesas com inativos, pagos com recursos do Tesouro do Estado, chegando ao percentual de 27,22%. Se não fossem considerados os inativos o percentual cairia para 23,39% nesse período.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Nós temos um plano de redução desse percentual de 5% ao ano, até a exclusão total dos inativos dos 25%. Este ano ficou em 40%. Ano que vem 35% e no outro 30%. Acredito que em dois anos a gente consiga tirar os inativos da conta dos 25% da Educação.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Em relação à aplicação em saúde, o total executado até esse 2º Quadrimestre somou R\$ 2,178 milhões. Temos uma inversão na saúde. A despesa com pessoal ativo é a segunda maior despesa e o maior dispêndio esta em com a manutenção de serviços. Isso por conta dos contratos com as OSs que são classificadas nessa rubrica. Então, foi R\$ 1,315 bilhão para a manutenção, considerando essas despesas, R\$ 763 milhões para pessoal ativo e R\$ 100 milhões de investimentos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Aqui no um trezentos e cinco você já considerou as OSs ?

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Sim, aqui estão consideradas as OSs, porque esse total aqui...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É a metodologia da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Aplicada em saúde. Em relação ao ano passado, nós tivemos um acréscimo de quase 12% na aplicação em saúde.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Basicamente pagamento de dívidas e colocação em dia dos pagamentos deste ano. Então, nós ainda temos uma dívida reconhecida que está em torno de R\$ 500 milhões? Você sabe?

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Da saúde?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Da saúde.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Quatrocentos milhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Quatrocentos milhões já estão reconhecidos. Nós ainda achamos que existam mais uns 400 milhões não reconhecidos, que são notas de gaveta. O que é nota de gaveta? É um empenhamento feito até agosto, e que de setembro até dezembro ficou sem cobertura de empenho. Nós estamos regularizando isto, mas vamos levar uns dois, três anos para regularizar todo esse período.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Em relação à verificação do mínimo constitucional, as despesas liquidadas na saúde alcançaram 13,27% da Receita Líquida de Impostos e, se fossem consideradas as despesas empenhadas, que serão levadas em conta no final do ano, o percentual seria de 14,69% da Receita Líquida de Impostos.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Neste caso da saúde nós não temos inativos computados como despesa de saúde. Nesse caso os inativos não estão aqui. Nós temos uma parcela somente na educação, que em dois anos acreditamos que saia fora. De todo modo nós vamos cumprir os 14,69% no final do ano, porque o cômputo é sobre despesa liquidada. Estamos trabalhando nisto nesses dois meses, para fazer o reconhecimento de despesas para deixar empenhado e liquidado.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Na Segurança Pública o total executado até o 2º Quadrimestre foi de R\$ 1,783 bilhão (*sic*), com acréscimo de 3,07% em relação ao mesmo período do ano passado. A maior parte é de folha de pagamento, R\$ 1,327 bilhão (*sic*), seguida de manutenção de serviço públicos R\$ 427 milhões e investimentos R\$ 29 milhões.



O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Vocês notaram que nossos investimentos estão lá embaixo né? Basicamente porque nós não temos recursos para fazer investimentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – E os Fundos de Segurança Pública estão todos aí?

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Sim, toda a estrutura da Segurança Pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Todos os Fundos da Segurança Pública arrecadam quanto por ano?

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Não tenho o valor aqui, mas posso passar depois.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Não tem, tudo bem.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Está no início das taxas, basicamente é a receita de taxas, que é R\$ 600 e poucos milhões.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – É, as taxas basicamente são Segurança Pública.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Daqueles R\$ 600 e poucos milhões eu acredito que seja uns R\$ 500 milhões da Segurança Pública, mas basicamente se usa para pagar a folha deles. Antigamente, quando nós criamos os Fundos de Segurança Pública, primeiro eram somente para fazer investimentos. Com o aperto financeiro começou a se pagar a manutenção, e depois a folha. Então os fundos hoje pagam a folha de Segurança Pública.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – A Secretaria de Justiça e Cidadania também é importante destacarmos. O valor executado naquela estrutura foi de R\$ 568 milhões no período de janeiro a agosto. A maior parte na folha, e também na manutenção dos serviços públicos, que inclui os contratos de Oss. O acréscimo foi de 17,73% em relação ao mesmo período do ano passado.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Basicamente também é pagamento de despesas de exercícios anteriores e a colocação, em 2018, das contas em dia. Mas nós não estamos conseguindo colocar as contas da Justiça e Cidadania em dia ainda. Eu teria que ter uma disponibilidade de caixa em torno R\$ 30 milhões por mês, e só estou conseguindo colocar R\$ 25 milhões, R\$ 20 milhões, 17 milhões todo mês. Não estou conseguindo colocar os R\$ 30 milhões por mês na Justiça e Cidadania. Ainda tenho problemas para colocação de contas em dia, e tenho quatro presídios para ativar, mas ainda não tenho verba. Os presídios estão prontos, tenho que contratar os servidores para ativar os presídios, mas não tenho espaço para fazer isso.

O SR. DEPUTADO MILTON HOBUS – Esse crescimento do gasto com pessoal é contratação de novos servidores na Justiça e Cidadania? Por que cresceu um percentual muito a cima.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Foi à implementação de um aumento, junto com o piso dos professores.

(O senhor Presidente, Deputado Estadual Marcos Vieira manifesta-se fora do microfone: “Que vai até agosto do ano que vem.”)

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Em relação às despesas de exercícios anteriores, que o Secretário está destacando bastante, eram despesas que ficaram a ser executadas e registradas em relação a períodos anteriores. A maior parte está na saúde e desse período já foram R\$ 193 milhões registrados, seguido dos fundos da SJC, o que também era outra situação bastante importante para ser regularizada, R\$ 17 milhões. E os demais órgãos R\$172 milhões.

Despesas que foram registradas no ano passado e que ficaram restos a pagar, despesas empenhadas ou liquidadas, foram um total R\$ 951,62 milhões de inscritos em restos a pagar, sendo que a maior parte foi de não processados, e foram pagos até agora R\$ 527,46 milhões, sobrando um saldo R\$ 143,89 milhões de despesas a pagar.



O Resultado Nominal, que é a variação do período atual em relação ao período anterior da dívida pública. É estabelecida uma meta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), quando o resultado nominal é negativo isso significa uma diminuição da dívida. Então, em relação a 2018, a meta é uma redução de R\$ 1,5 milhão da dívida fiscal líquida, e o resultado alcançado até o período foi de R\$ 1,3 milhão.

O Resultado Primário, que é basicamente o resultado operacional. São as receitas primárias do governo menos as despesas primárias. Aqui não entram as receitas de empréstimos, receitas de aplicação financeira. E a meta também é estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Para 2018 foi estabelecida uma meta de R\$ 477,86 milhões de resultado primário, ou seja, um *superavit* primário, receitas maiores do que as despesas, e o resultado alcançado até o período esta superando essa meta e representa R\$ 592 milhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Basicamente foi usado para pagar a dívida pública, não é? [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Sim.

Dívida Consolidada Líquida. Aqui é importante destacar uma mudança da metodologia que foi realizada nesse exercício de 2018; houve uma revisão dos haveres financeiros que diminuíram a dívida fiscal líquida. Então comparando ao resultado alcançado no mesmo período do ano anterior, a gente tem um acréscimo de percentual muito grande, mas esse acréscimo não foi por conta do aumento da dívida e, sim, por essa mudança de metodologia de cálculo.

Então, no 2º Quadrimestre de 2018 o percentual da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida foi de 94,42%, sendo que o limite é de 200% da Receita Corrente Líquida.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – A mudança de metodologia é para se adequar à Secretaria do Tesouro Nacional.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Garantias e Contragarantias. Também a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece o limite máximo, que é de 22% da Receita Corrente Líquida, e o Estado sempre esteve bem abaixo desse limite. Então foram 3,32% da Receita Corrente Líquida, ou seja, R\$ 728 milhões de garantias ou contragarantias. Essas garantias ou contragarantias são basicamente concedidas para as empresas estatais.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – No último quadrimestre deve aumentar, porque agora nós estamos registrando o contrato com a Celesc e com o BID...

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Isso.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Então essa garantia de que o Estado é garantidor do empréstimo vai aumentar essa linha aqui (*aponta para a imagem*) dos R\$ 728 milhões; todo o financiamento do BID vai ter que ser colocado nessa linha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Então a capacidade de endividamento é bem maior do que a que nós usamos hoje.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – O Estado tem capacidade de endividamento, mas não tem capacidade de pagamento das parcelas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Sim. Pelo número, não é?

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – É. A capacidade de endividamento é basicamente a Dívida Consolidada Líquida. Então a gente teria uma vez mais a Receita Corrente Líquida, que é o nosso limite.

Operações de Crédito. O Estado tem pego menos operação de crédito este ano, foram R\$ 152 milhões, o que representam 0,70% da Receita Corrente Líquida, quando o limite é de 16%.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Basicamente nesse item, por que não saiu o empréstimo do Fundam? Basicamente porque a União não dá o aval pelo fato de nós estarmos com a folha acima do limite.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Comparando esses resultados com o cenário nacional, custeio versus Receita Corrente Líquida, nós temos o décimo menor comprometimento da Receita Corrente Líquida com despesas de custeio, que representa 24%.



Gasto com Pessoal – Executivo. Em relação aos demais Estados, nós temos o quarto maior gasto, que é com o Poder Executivo; o maior é o Tocantins, com 55,34%.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Essa metodologia é de cada Estado, não é a metodologia da STN. A metodologia da STN altera todo esse parâmetro.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – É. Esses percentuais foram aqueles publicados e informados pelos...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Por cada Estado.

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Pelos Estados para a Secretaria do Tesouro Nacional.

Em relação ao resultado previdenciário, nós temos o quarto maior *deficit* previdenciário, se compararmos todos esses Estados aqui (*aponta para o gráfico*). E a gente não tem a informação de todos eles, temos a informação de 25 Estados, sendo que de 2 a gente não obteve informação.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Os R\$ 2,6 bilhões são só desses dois quadrimestres, não é?

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Isso. Esse é o...

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Então é assim: de janeiro a agosto deste ano o Tesouro colocou no Iprev R\$ 2,6 bilhões para pagar inativos. Então isso tirou toda a capacidade de investimento do Estado. Se o Estado tivesse R\$ 2,6 bilhões para investir, nós não estaríamos em crise, não é?

A SRA. GRAZIELA LUIZA MEINCHEIM – Em relação à Dívida Consolidada Líquida comparada com a Receita Corrente Líquida, temos o quinto maior comprometimento da Federação. E quanto aos investimentos, Santa Catarina teve R\$ 1,230 bilhão, ficando em décimo segundo lugar.

Seriam esses os resultados a apresentar do 2º Quadrimestre e a gente fica à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

Obrigada.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Esse é um quadro resumido das contas. Os quadros detalhados estão na Contabilidade-Geral do Estado, estão no Portal Transparência. Mas qualquer dúvida, estamos aqui para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, feita a apresentação, abro a palavra aos senhores Deputados.

Por ordem de inscrição, com a palavra o Deputado Estadual Milton Hobus, para as suas manifestações.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhora Deputada, quero cumprimentá-los pela apresentação bastante clara.

Secretário Paulo Eli, nós sabemos que vivemos essa crise, apesar da receita tributária de Santa Catarina ainda ser bastante positiva se compararmos com o cenário nacional. Mas uma dúvida que eu tenho: nós temos da Lei Kandir R\$ 34 milhões, não é?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Que foi a receita no quadrimestre. Como é que a Lei Kandir retorna para as empresas? Qual o critério que é utilizado para isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Mais algum Deputado que queira fazer questionamentos? Três Deputados fazem questionamento e o Secretário Paulo Eli responde.

Deputado Estadual Natalino Lázare, por gentileza, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL NATALINO LÁZARE – Se me permite, Presidente, queria fazer uma pergunta que foge um pouco deste contexto, mas é sobre arrecadação.

Secretário, eu me refiro à questão do Decreto nº 780 que penalizou os produtores de suínos, e estão aqui alguns Deputados do setor produtivo. A nossa conversa era sempre com o Marco Aurélio – inclusive ele esteve ontem aqui – e havia a intenção de o governo mandar para cá um projeto de lei... O decreto já foi sustado, não existe mais, mas não obrigando a execução



dessas notificações que foram feitas. Inclusive muitos produtores lá do oeste não conseguem mais nem empréstimos bancários em função dessa pendência judicial.

Então a intenção era mandar um projeto de lei para a Assembleia Legislativa para que ela isentasse a cobrança dessas notificações, mas parece-me que não está havendo esse entendimento lá e a gente gostaria de saber de vossa excelência o que o governo pretende fazer com essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra a Deputada Estadual Luciane Carminatti.

A SRA. DEPUTADA ESTADUAL LUCIANE CARMINATTI – Secretário, três questões. Primeiro sobre a dívida ativa e as desonerações nesses oito meses. Qual é o percentual e o montante? Segundo, em síntese, qual a capacidade de investimento nesses oito meses, a estimativa, o volume de recursos? E, terceiro, sobre os jetons. Nós temos convivido com alguns Conselhos que têm jetons e outros não. Como o governo trabalha isso? Tem uma regulamentação, está se pensando em algo nesse sentido? O fato é que o valor de R\$ 1,3 milhão é bastante alto diante de um cenário com um Orçamento praticamente estrangulado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Secretário Paulo Eli.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Primeiro com relação à Lei Kandir. Eu participei da elaboração em 1996, em 1997, quando foi feita a Lei Kandir, e naquela época para o produtor de soja, de milho exportar ele tinha que pagar 13% de ICMS, assim como o produto semi-industrializado também tinha que pagar 13% na exportação, principalmente fumo, minério de ferro; todos os produtos semi-industrializados e os produtos naturais que eram exportados tinham que pagar 13% de ICMS.

O que a Lei Kandir fez? Ela isentou. Os Estados conseguiram naquela época uma compensação provisória e depois, politicamente, foi se estendendo, se estendendo e hoje está minguando. [*Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira / Revisão Clovis Pires da Silva*]

Então na realidade este ano nós estamos recebendo em torno de R\$ 4 milhões/mês em função da nossa perda. Como Santa Catarina exporta mais produtos industrializados, a nossa perda foi pequena em relação a isso. Nós exportamos fumo, farelo de soja, soja, mas é em volume pequeno em relação a nossa pauta de exportações, porque nós exportamos mais produtos industrializados que já são isentos de ICMS. De todo modo, nós estamos conseguindo no Congresso, no final do ano, mais R\$ 1,950 bilhão para repartir entre os Estados, o que deve dar uns R\$ 30 milhões a R\$ 40 milhões para o Estado de novo. Mas, no ano que vem, a gente acredita que isso acabe.

A Lei Kandir é a compensação que a União nos deu em função da perda do ICMS da exportação de produtos naturais e semielaborados, isso eu acredito que vá minguando e vá acabar.

Com relação ao Decreto nº 780, eu revoguei, e aprovei no Confaz a anistia das multas, mandei o projeto para a Casa Civil, mas o projeto ficou muito vago, e a Casa Civil solicitou à Fazenda que fizesse o levantamento na região de Chapecó de todas as notificações emitidas para que não fique uma anistia vaga. Então, a anistia que foi emitida quanto àqueles produtores agropecuários vai sair por notificação. Portanto, isso está sendo feito, só que eu não vou conseguir mandar agora neste período porque o levantamento ainda está sendo feito. Os fiscais que lançaram esses débitos em cima daqueles pequenos produtores estão com as notificações ainda em andamento – eu mandei levantar todas. O ato legislativo tem que sair com o perdão de todos os atos, do agente fiscal, porque senão fica muito vago.

Outro ponto em relação à agricultura familiar é que eu estou conseguindo com o Confaz um perdão dessas dívidas, só que o Estado do Paraná está bloqueando. Então existem essas duas questões que estão comigo lá para resolver, mas o Poder Executivo vai mandar essas leis.

Com relação à dívida ativa e as desonerações, é um tema que nós estamos discutindo. A dívida ativa do Estado é podre porque o Estado é o último credor na lista para se habilitar a receber algum crédito. Quando o Estado se habilita, primeiro são os encargos trabalhistas, depois a Receita Federal, depois o Estado, e depois Município. Então todas aquelas dívidas ali, praticamente todas são podres, são dívidas daquelas empresas principalmente do Vale do Itajaí e



de Joinville que faliram em razão de que o governo central fez a abertura econômica sem fazer a reforma tributária. Então, se a senhora for passar por Brusque, vai ver que todas aquelas carcaças de fábricas estão na nossa lista de dívida ativa. É uma dívida incobrável, nós temos dívida de quadrilhas do crime organizado e da sonegação, mas essas nós estamos em execução, e essas a gente sabe que recupera; já as dívidas de empresas que faliram em função da abertura econômica sem fazer reforma tributária, essas nós não vamos conseguir cobrar.

Em relação às desonerações, o pessoal fala muito mal, mas elas estão fazendo com que o Estado tenha o menor índice de desemprego do País porque nós estamos conseguindo atrair empresas para o Estado, e as empresas só vêm porque o Estado dá um incentivo fiscal. O que está sendo feito agora em função da LDO, a qual exigiu que o Estado reduzisse para 16% o volume da renúncia fiscal – esse é um trabalho que está sendo feito –, é que nós vamos eliminar as distorções. Por exemplo, hoje eu tenho no *shopping center* uma loja A que paga ICMS e uma loja B que não paga, isso em cima dessas distorções que nós temos. Então, isso tudo está sendo reavaliado.

Jetom é a remuneração dos conselhos, a maior parte são os conselhos em que participa a sociedade organizada, nós temos o conselho de contribuintes, nós temos a Jari, no Deinfra, que são as multas de trânsito, nós temos alguns conselhos que são remunerados, o que deu R\$ 1,3 milhão nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Estadual José Milton Scheffer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – Secretário, muitas perguntas já foram respondidas, mas uma grande preocupação nessa reta final no 2º Quadrimestre é com relação à dívida na Secretária da Saúde e, principalmente, a implicação que ela tem. Os hospitais filantrópicos, no ano passado, muitos deles, tiveram que vender parte do patrimônio para honrar pagamento de médicos e tudo mais. Qual é a sua visão em relação a isso?

Eu quero primeiro reconhecer o esforço que o senhor está fazendo este ano para colocar em dia e tratar de uma forma diferenciada e organizar a Secretaria da Saúde, ela precisa passar por um choque de gestão no futuro com relação aos contratos. E mais uma preocupação grande é que essa dívida continuando ela está penalizando os principais parceiros do Estado, além da população que usa os serviços que precisa, que são os hospitais filantrópicos que têm um custo por atendimento por cirurgia, por paciente atendido – cerca de um terço dos nossos hospitais públicos.

Então a preocupação é que a gente observa muitas instituições fechando, saindo do Estado porque a cada ano elas têm que se desfazer de parte do patrimônio para cumprir, e elas cumprem um serviço público que é atender o SUS. Gostaria de saber se existe uma equação. Como nós vamos fechar o ano? Como o senhor vê a saúde principalmente com contratos com prestadores de serviço lá na ponta, que são esses hospitais?

E outra preocupação é que nós temos que pagar a nossa dívida, mas como nós vamos fazer? E aí você coloca que a dívida ativa é difícil de cobrança. Então, qual é a estratégia? Qual é a sua visão com relação à visão do pessoal e a Defensoria Pública?

Volta e meia aportam projetos aqui geralmente de aumentos salariais e a gente observa que o Estado é sempre favorável a isso, e alguns outros órgãos que têm buscado [orçamento] nessa área não tem conseguido como, por exemplo, a gente observa que a agricultura é responsável por 30% do nosso Produto Interno Bruto, mas há mais de 10 anos que o gasto do orçamento é o mesmo. E a Secretaria da Agricultura hoje tem nove funcionários efetivos, e Santa Catarina se relaciona com China, Coréia, Japão. Dito isso, queria ver qual é a sua visão sobre essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL LUIZ FERNANDO VAMPIRO – Vice-Presidente e demais Deputados, primeiro eu gostaria de parabenizar a Graziela pela explicação; e cumprimentar o Secretário Paulo Eli, que no começo do ano esteve nesta mesma Comissão fazendo relatos e previsões – e as previsões estão mais ou menos consolidadas dentro daquilo



que ele colocou –, mas eu gostaria de fazer algumas ponderações e, inclusive, algumas com respostas.

Muito se discutiu nesta Casa Parlamentar, que é uma Casa eminentemente política também, principalmente em plenário, que o Fundam 2 não ocorreu por meio de ordem ou de ação do atual Governador, Eduardo Pinho Moreira, e, na verdade, as carta-consultas feitas ao BNDES mostravam que os técnicos, tanto do BNDES quanto do Tesouro Nacional, entenderam que era melhor fazer investimentos no Estado de Santa Catarina, propriamente, e não passar aos Municípios em virtude da falta de investimentos do Estado de Santa Catarina. [Transcrição: Henrique Vargas]

Na verdade, a minha primeira pergunta é esta: a carta-consulta de financiamento para as obras importantes e estruturantes do Estado de Santa Catarina, como o acesso ao aeroporto, às pontes, e uma série de outras obras, se encontra ainda tramitando dentro do Tesouro ou está aguardando a decisão efetivamente da baixa do limite prudencial da folha?

Na análise feita deu para notar que os investimentos realmente estão pífios em relação à arrecadação, isso é fato e verdadeiro, e nós entendemos que o tempo passa e as escolas acabam em ruínas, os buracos aparecem, a saúde tem uma demanda expressiva e, na verdade, nós entendemos que o Pacto por Santa Catarina foi um grande projeto de investimento feito na ordem de bilhões de reais com recursos do BNDES, do BID, da Corporação Andina de Fomento (CAF), do Banco do Brasil 1 e 2, da Caixa Econômica Federal.

Nesse sentido a minha pergunta é: qual é o percentual em média desses financiamentos que já foram executados? As parcelas já estão vincendas ou vencidas? Ou seja, se já estão em pagamento nesses exercícios em relação aos financiamentos que foram contraídos. A minha segunda pergunta, na verdade, vai ao encontro mais ou menos com o que o Deputado Zé Milton Scheffer colocou em relação aos R\$ 400 milhões de gaveta: são hospitais filantrópicos? São OSs? São empresas terceirizadas? São empresas de insumos? Está tudo dentro de um bloco consolidado ou há um percentual maior de hospital filantrópico de repasse financeiro? Como ele está individualizado nesse momento?

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Estadual Gabriel Ribeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL GABRIEL RIBEIRO – Bom dia, senhor Presidente, senhores Deputados, senhor Secretário. Quero parabenizar o Secretário pela apresentação.

Com relação aos repasses do governo federal para Santa Catarina, nós somos considerados, e isso é reconhecido, como um Estado pagador. Nós recolhemos muitos impostos federais e recebemos um tratamento discriminatório do governo federal com relação aos demais Estados do Brasil, inclusive com os demais Estados da região Sul do Brasil.

Em 2017 foram recolhidos R\$ 51 bilhões de impostos em Santa Catarina e recebemos de transferência em torno de R\$ 9 bilhões. Analisando o quadro que vossa excelência apresentou, verificamos inclusive nesse *slide* que está aparecendo aqui (*aponta para a imagem*) que houve um acréscimo de repasses do governo federal no 2º Quadrimestre de 9% no que se refere principalmente ao repasse do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), para Santa Catarina houve um acréscimo. Com relação à transferência de recursos naturais, ela diminuiu, a Lei Kandir diminuiu, a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico praticamente ficou igual, e aumentou o IPI, mas o FPE também aumentou.

Queria que vossa excelência pudesse expor para nós a questão do FPE de Santa Catarina com relação aos demais Estados do Brasil. O repasse que é feito para Santa Catarina, os recursos que são enviados para nós, o percentual que a União transfere para o nosso Estado, tendo em vista que hoje pelo quadro atual que foi apresentado aqui, em Santa Catarina as receitas estão bem comprometidas, principalmente, gasto com pessoal, gasto com a Previdência – inclusive este é outro questionamento que eu faço para vossa excelência.

Então, primeiro é sobre o repasse para o governo federal, precisamente em relação ao FPE; e o outro é em relação à Previdência. No 1º Quadrimestre foi gasto com a Previdência R\$ 2,6 bilhões.



O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Não, essa é a diferença.

(O senhor Deputado Estadual José Milton Scheffer manifesta-se fora do microfone: “O Estado tirou dos impostos R\$ 2,6 bilhões para cobrir o déficit.”)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL GABRIEL RIBEIRO – No 2º Quadrimestre? Nos oito meses? Na projeção, fazendo mais um terço, vai em torno de R\$ 4 bilhões.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Essa é a previsão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL GABRIEL RIBEIRO – Que o Estado vai ter que tirar dos impostos para pagar a Previdência. Aonde é que nós vamos chegar? Como nós vamos cobrir esse buraco? É um questionamento que eu faço para vossa excelência. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Deputado Estadual Rodrigo Minotto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL RODRIGO MINOTTO – Quero cumprimentar a Graziela e o Secretário Paulo Eli pela disposição de virem aqui apresentar esses dados para nós. Vou ser bem objetivo, até porque meu estilo é esse mesmo.

Senhor Secretário, a primeira pergunta é se há algum risco de atraso no pagamento dos servidores do Estado nós próximos seis meses? Não sei se vocês têm algum estudo ou análise sobre isso.

Várias foram as recomendações do Tribunal de Contas do Estado sobre o não cumprimento do artigo 170. Isso é uma questão de vontade política ou é falta de recurso mesmo?

Outra questão é com relação ao índice: há algum percentual de liquidação da dívida ativa nesse exercício de 2018? Você falou que realmente a dívida ativa do Estado é uma dívida ativa podre, que não tem recuperação. Mas a gente percebe pelo número e pela quantidade de devedores do Estado que existem muitos devedores que estão no pleno exercício de suas atividades comerciais e industriais. O que o Estado tem feito para a recuperação dessa dívida? Tem um valor estimado da renúncia fiscal no exercício de 2018? Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Com a palavra o Secretário de Estado, Paulo Eli.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Sobre os hospitais filantrópicos, eu não tenho os dados aqui, mas eu acho que eles estão em dia, ao menos em 2018. Eu não tenho conhecimento de dívida relativa aos exercícios anteriores. Tenho dívidas dos exercícios anteriores com as OSs, essas eu tenho, e o volume é bem grande, com os fornecedores também, e com relação aos prestadores de serviços, então basicamente contas de 2016 e 2017. Algumas dívidas de 2018 vão ficar porque foram pagos R\$ 500 milhões de despesas de exercícios anteriores, então não tem fluxo financeiro para cobrir tudo isso.

Com relação à dívida da saúde, amanhã nós temos uma audiência no fórum porque o Ministério Público acionou todas aquelas contas que o Estado tem em atraso. Lá no fórum nós vamos fazer um plano de pagamento com o Juiz para que a gente consiga usar o 1% de acréscimo do ano que vem da saúde, basicamente, para pagar dívidas. Esse é o entendimento judicial que a gente está levando, a proposta de acordo judicial com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. Então, esse é o acordo que amanhã provavelmente a gente vai levar para lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ MILTON SCHEFFER – E a ADIn que o Estado recorreu? Hoje ele entende que precisa gastar 15% e, ao mesmo tempo, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade na emenda daqui.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Deputado, nos temos que atender a questão da forma. Eu preciso atender os 14% este ano, só que se eu pagar as despesas do ano passado eu estou pagando os 13% que não foram pagos, eu não tenho dinheiro para pagar os dois. Essa é a resposta.

Com relação à ADIn, de todo modo, nem 15% são suficientes para atender a questão de saúde pública, porque nós estamos envelhecendo e morrendo mais tarde e, nesse período que nós estamos na velhice, usamos mais os serviços públicos. Então, a tendência de aumento do



gasto com saúde é geométrica. Olha a falência dos planos de saúde, basicamente o senhor vê por aí, porque não tem como pagar essa conta. [*Transcrição: Ana Clara Mota*]

No tocante aos financiamentos em relação ao Fundam, a todos os financiamentos, todas as cartas-consultas estão lá no BNDES, mas estão todas bloqueadas pela STN. Enquanto o Estado não baixar o limite da folha, a STN não dá aval. Assim foi com o Fundam, com os Municípios, e com os projetos de investimento. De todo modo, temos aprovado por esta Assembleia R\$ 1,5 bilhão de financiamento que nós não conseguimos pegar os empréstimos porque nós não temos capacidade de pagamento.

Então nós temos autorização legislativa para fazer, mas nós não conseguimos executar em função de que a folha está acima do limite e nós não temos capacidade de pagamento pela análise de risco do banco. Aí a STN tem que dar aval, aí ela não dá enquanto nós não reduzirmos a folha em relação à Receita Corrente Líquida.

Em relação às notas de gaveta, de 2016 e 2017 elas estão sendo reconhecidas e estão sendo pagas. Nós acreditamos que a gente leve dois anos para colocar essas contas em dia — ainda dois anos.

Com relação ao FPE. O Estado de Santa Catarina tem o menor índice depois de São Paulo. São Paulo é 1% do FPE, Santa Catarina tem 1,28%; o Maranhão, com a mesma população, tem 7%. Então, de todo modo, isso é uma consequência da época do Regime Militar. O Presidente Geisel, para manter o regime militar com apoio do Congresso, estabeleceu o número mínimo de Deputados por Estados e Territórios. Então, cada Estado e cada Território têm o número mínimo de oito Deputados, e as bancadas do Norte/Nordeste e Centro/Oeste são superiores às bancadas do Sul e Sudeste. Isso faz com que a maior parte dos recursos da União seja distribuída para esses Estados, mesmo sem ter arrecadação nesses Estados. Isso é uma questão do Pacto Federativo, isso é uma questão política que eu acredito que não vá se resolver a curto prazo. Nós temos Estados que tem 500 mil habitantes e que tem 8 Deputados. Nós temos Santa Catarina que tem 7 milhões de habitantes e que tem 16 Deputados. Aí somam 4 Estados pequenos com 8 Deputados cada um, 4 vezes 8 é igual a 32. Então essa é a conta que a gente faz. O Senado não, lá são 3 Senadores por Estado ou Território, não tem mais Território, mas são os Estados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL GABRIEL RIBEIRO – Como é feito o critério de cálculo pelo FPE?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É uma fórmula estabelecida em lei complementar. Em Santa Catarina é 1,28%. Os Municípios recebem pela população. Então, a melhor forma de cálculo é pelo Fundo de Participação dos Municípios (FPM) porque é pelo número de habitantes. Então os Municípios [recebem] quatro e pouco em relação a esse volume aqui, porque o FPE e o FPM têm a mesma base de cálculo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E a União respeita o percentual determinado na lei complementar?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Sim, respeita.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Paulo Eli, nessa mesma esteira, só para tirar uma dúvida. A gente viu aí que o retorno do IPI cresceu muito, esse é o dinamismo da nossa indústria.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É a recuperação econômica.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É 24% a mais do que no mesmo período do ano passado. Qual é o percentual do IPI que volta para o Estado, daquilo que nós mandamos? Nós arrecadamos muito, né?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – É a mesma fórmula do FPE. Nós somos, depois de São Paulo, o segundo que menos recebe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Que coisa de doido.

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Com relação ao atraso do artigo 170 é porque não tem dinheiro. Quando nós conseguirmos tirar os inativos da educação, dá para cumprir o artigo 170 – hoje não tem dinheiro.



Hoje, basicamente, eu tenho um dinheiro para três coisas. O Governador decidiu aplicar em saúde, ficando descobertas a manutenção rodoviária e o sistema prisional. Então eu preciso de volume de recursos para cobrir essa demanda. Se vocês olharem, os hospitais estão com os estoques de medicamentos praticamente em dia e os fornecedores estão sendo pagos, mas tem uma dívida para pagar.

Com relação à dívida ativa, acho que já respondi. O percentual da dívida ativa da cobrança mensal eu não tenho aqui, mas agora temos o Refiz, vamos ver se muitas empresas irão aderir à dívida ativa, mas o percentual é baixo em relação a isso.

Eu respondi que a maior parte da dívida ativa é podre, realmente é podre, mas a outra parte da dívida ativa são litígios judiciais. Para vocês terem uma ideia, 34% do PIB está em litígio nos tribunais administrativos e judiciais em relação a tributos, isso em função de o nosso sistema tributário ser muito complexo. Hoje o Estado não tem certeza de que se o que ele está cobrando está certo, e a empresa não tem certeza se o que ela está pagando está certo, isso em função da complexidade da legislação. O nosso sistema tributário ficou muito complexo, ele tem que ser simplificado, padronizado, para evitar esses litígios. Segundo o último dado que eu vi eram 34% do PIB, isso equivale a R\$ 2 trilhões que estão nos tribunais. São R\$ 2 trilhões; o nosso PIB é de R\$ 9 bilhões.

Quanto à renúncia fiscal, eu já falei, a previsão deste ano é em torno de R\$ 6 bilhões, nós temos que reduzir para 16% em quatro anos. Então esse é o trabalho está sendo feito.

E a pergunta dele ali que causa terror em todo mundo: não tem chance de atrasar a folha nos próximos seis meses. Essa é a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Vou fazer uma última pergunta, Secretário Paulo Eli: a Secretaria ainda concede isenção fiscal sem autorização legislativa?

O SR. SECRETÁRIO DE ESTADO PAULO ELI (SC) – Não. A Lei Complementar nº 160 deu a possibilidade de os Estados convalidarem todo o passado em relação aos benefícios fiscais, regularizarem isso. E tem uma penalidade muito forte para os gestores que concederem benefícios fiscais sem a autorização legislativa — para o gestor e para o Estado. E o Tribunal de Justiça cancelou o artigo 99 da nossa Lei do ICMS, que permitia que o convênio, aprovado no Confaz, faça o decreto automático. Então agora o convênio tem que passar por aqui [Assembleia Legislativa].

Então eu tenho lá um projeto de lei que eu estou internalizando – acho que tem uns trinta convênios mais ou menos –, estou terminando o projeto para mandar. Ali tem energia fotovoltaica, têm os *free shops*, tem o segmento agropecuário, têm os créditos presumidos da agroindústria, todos esses nós estamos legalizando por lei estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Marcos Vieira) – Senhores Deputados, não havendo mais perguntas, dou por encerrada a apresentação do eminente Secretário Paulo Eli e da sua assessora, diretora de Contabilidade, e por sua vez encerrada a audiência pública.

Muito obrigado. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: taquígrafa Ana Rita M. de Souza / Leitura final: Dulce M. da Costa Faria]

DEPUTADO ESTADUAL MARCOS VIEIRA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO